

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Rulian Rocha dos Santos¹

Resumo: O presente artigo configura-se como parte de um trabalho monográfico para a conclusão do curso de licenciatura em história. Neste, são destacadas as reformas educacionais que tiveram influência na estruturação do ensino médio no país desde o período imperial à “República Nova”. Além disso, o trabalho também se propõe a destacar a educação como um instrumento utilizado pelas elites de nosso país ao longo de sua história. Para isso, se fez necessário uma contextualização do campo econômico, social e político de cada período.

Palavras-chave: Educação, reformas educacionais, ensino médio.

1. Introdução

Ao longo da história da humanidade, a educação, compreendida como toda comunicação organizada para provocar formação que implica ao menos duas pessoas (ou mais) e um processo de transferência de uma pessoa para outra, exerce um papel protagonista na construção e reconstrução de um conjunto social.

Este trabalho se insere no campo da história da educação que ainda possui uma diversidade de objetos de estudo que podem sofrer análises interpretativas capazes de contribuir para o desenvolvimento das discussões acerca do processo educacional. Em países como o Brasil, os estudos com enfoque na história da educação podem denunciar não só a estrutura da educação brasileira como também os cenários político e econômico da sociedade de nosso país ao longo de sua história enquanto nação. Sem dúvida a educação é um dos principais requisitos, se não for o principal, para o

¹ Graduando do curso de história pela UESC

desenvolvimento de uma nação. As discussões acerca da educação e de sua respectiva função social se apresentam constantemente ativas nos debates sobre a melhoria das condições de vida da população em geral. Para estudiosos de todas as áreas do conhecimento, a educação se mostra como um poderoso elemento de transformação da sociedade. Os investimentos educacionais têm como alterar a trajetória de um povo para um caminho com melhores condições de ser trilhado.

O principal fator de distinção entre o homem e os demais animais é a cultura, que nada mais é que o conjunto das idéias e realizações (materiais e não- materiais) do ser humano. A partir deste ponto de vista, a educação assume grande importância, pois é a responsável pela transmissão, de geração em geração, através da linguagem, da cultura de um determinado povo, de uma civilização.

A história, enquanto uma ciência humana, e, portanto, com toda a sua carga de complexidade, tem a função de construir, a partir do presente do historiador, uma visão sobre o passado que nada mais é que uma investigação interpretativa, e concomitante a esta podem surgir outras interpretações de diversos ângulos e com diferentes abordagens.

O movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, na França, a *Escola dos Annales*, representou um marco de constituição de uma nova história. Antes deste movimento, predominava como foco principal dos estudos historiográficos as ideias e decisões de grandes homens, as batalhas e estratégias diplomáticas. A historiografia assumia um caráter factualista. As propostas decorrentes dos *Annales* permitiram a aproximação da história com outras áreas do conhecimento, propiciando, assim, a interdisciplinaridade. Com isso, o campo de atuação da história se expande, bem como suas fontes. A “história social” passa a ter a acepção de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os individuais, ou seja, que propunha a história como ciência social.

O interesse pelo tema analisado partiu do fato de exercer o magistério há quase dez anos no município de Una e de ter cursado o ensino médio na

mesma. Como aponta Jacques Legof no texto “*A operação historiográfica*”, o historiador fala a partir de um lugar social, econômico, político, entre outros, que o influencia, direta ou indiretamente, em suas investigações, em sua visão sobre o objeto pesquisado.

2. História da educação no Brasil

Nos primeiros tempos da história do Brasil a educação assumia um caráter de distintivo social, capaz de dar *status*. Apenas os descendentes das famílias aristocráticas gozavam desse privilégio. Portanto, a educação foi um instrumento utilizado pelos grupos dominantes. Os jesuítas ofertavam o nível secundário com a denominação de curso de Letras e o curso de Filosofia e Ciências.

A educação nunca é neutra nem apolítica, pois envolve interesses que extrapolam o âmbito escolar. (GONÇALVES, 2005, p.13).

No início do século XIX praticamente não existia educação formal no Brasil. Vários estabelecimentos de ensino secundário (o equivalente hoje ao ensino médio) foram fechados com a expulsão dos jesuítas. Cabe ressaltar que esses estabelecimentos não chegavam a vinte nesse período. O fechamento desses acabou atingindo aos filhos das classes dominantes.

Um fato que modificou consideravelmente esse cenário foi a chegada em 1808 da família real portuguesa ao Brasil após sua fuga das tropas napoleônicas. A partir daí surgiu a preocupação com a formação das elites dirigentes do território que passaria à condição de reino unido.

Posteriormente à independência do Brasil, já no período regencial, mais especificamente no ano de 1834, foi criado um *Ato Adicional* que dava às províncias o direito de regular sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-las. Com isso, surgiram os liceus que tinham como

intenção munir os seus discentes dos conhecimentos básicos para a admissão no ensino superior. Nesse contexto, em 1837 foi criado o Colégio d. Pedro II co estrutura escolar, orgânica e seriada, dando o grau de bacharel em Letras e o direito ao ingresso no ensino superior sem a necessidade de exames para tal. Deve-se destacar que nessa época o ingresso no nível superior estava normalmente condicionado à comprovação de idade mínima e à aprovação no exame parcelado². Os primeiros estabelecimentos públicos de ensino foram o Ateneu, em 1835 no Rio Grande do Norte, e os Liceus da Bahia e o da Paraíba, ambos em 1836.

Há muito se questiona sobre a importância dada à educação ao longo da história de nosso país. À época da escravidão e, portanto, ainda durante o império, quase não havia lugar para a educação. A função essencial do ensino secundário era preparar o sujeito para o ingresso nos cursos de nível superior. O ensino técnico-profissional sofria com o quase absoluto descaso. Mas a criação do Colégio D. Pedro II foi o primeiro passo dado pelo governo central do país, que há pouco tinha conseguido sua independência, para organizar o ensino secundário regular.

Durante muito tempo, inclusive já na primeira metade do século XX, o ensino médio ficou restrito aos estabelecimentos como os liceus, nas capitais dos estados, voltados para a educação masculina e as escolas normais que visavam a educação feminina, além do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Eram escolas reservadas às elites burocráticas e latifundiárias (BARBOSA,2001).

A estrutura econômica e social... baseada em grandes propriedades e na família patriarcal_ que se caracterizava como latifundiária, escravocrata e aristocrática_ teve profunda influência na organização do poder político, econômico e cultural do país.(GONÇALVES, 2005, p.20).

² Exame exigido para o ingresso no ensino superior.

No contexto da “Primeira República”, os principais pensadores da elite intelectual do país buscaram desvincular-se do domínio cultural europeu com movimentos realizados na década de 1920 que se destinavam a estabelecer uma cultura com raízes verdadeiramente brasileiras. Foi o caso da “Semana de Arte Moderna”, realizada em 1922.

A proclamação da República brasileira em 1889 não significou o aumento da participação popular na vida política do país e nem a melhoria das condições de vida da maioria da população. A primeira constituição republicana de nosso país promulgada em 1891, apesar de eliminar o critério eleitoral da renda, manteve a restrição ao voto dos analfabetos e atendia aos interesses das oligarquias agrárias e não demonstrava preocupações com temas essenciais para o desenvolvimento do povo como, por exemplo, a educação. O poder público ainda não havia sido despertado para o interesse da formação de um sistema escolar. Essa constituição imprimiu ao Estado uma maior responsabilidade em manter a instrução pública elementar, e legislar sobre ela, porém, o que se perpetuou no período foi a precariedade nos processos educativos de iniciativa governamental. (BRASIL, 1891). Deve-se lembrar ainda que a República foi constituída por meio de um golpe militar que envolvia, em especial, parte do exército, cafeicultores e intelectuais dos meios urbanos, que, combinados, deram a diretriz nos primeiros anos de governo.

3. As reformas

Nos primeiros 40 anos da República, ou seja, durante a “República Velha” o curso secundário passou por reformas que tinham como preocupação comum a preparação para a matrícula nos cursos superiores.

Em cada sociedade, as idéias, os valores, a cultura e o entendimento a respeito da educação... vão sofrendo alterações à medida que o panorama

que a cerca muda. (GONÇALVES, 2005, p.12).

A Reforma Benjamim Constant 1890-92 (então Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos) visava proporcionar aos jovens brasileiros as condições básicas para a matrícula nos cursos superiores. O foco dessa Reforma era o ensino secundário e propôs uma mudança curricular no Colégio D. Pedro II, que passou a se chamar, até 1911, Ginásio Nacional. A instrução deveria ter duração de sete anos. Trouxe como inovação a laicização do ensino público que, aliado à liberdade de culto, favoreceu a expansão dos colégios privados, fazendo crescer o número de escolas confessionais³, a exemplo das metodistas. Em 1901 essa duração foi reduzida para seis anos no Código de Epitácio Pessoa e o objetivo era a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras, e permaneceu o objetivo da matrícula no curso superior. Esse código, segundo Jussara Carvalho, completou o processo de desoficialização do ensino, equiparando as escolas particulares às oficiais (CARVALHO, 2008). Dez anos mais tarde, na Lei Rivadávia Correia, houve a preocupação de acabar com a imagem de curso preparatório para o ingresso na educação superior, ou seja, a função propedêutica⁴. Nesta, o curso externato era de seis anos e o internato de quatro anos. Já em 1915, na reforma Carlos Maximiliano ficava claro a preocupação em preparar o aluno para prestar o “rigoroso exame vestibular”. Cinco anos passa a ser a duração do curso secundário. Uma década depois, a reforma João Luis Alves via o nível superior como uma preparação fundamental e geral para a vida. Com cinco anos o aluno obtinha o certificado de aprovação e com seis anos recebia o grau de bacharel em Ciências e Letras.

³ Refere-se à escola vinculada ou pertencente a igrejas ou confissões religiosas. Diferenciando-se, portanto das escolas laicas.

⁴ Relativo à educação;1- que serve como introdução, preliminar;2- que prepara para receber ensino mais complexo.

Reformas	Objetivos	Duração do nível
Benjamin Constant (1890)	“Proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, bem como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.”	7 anos
Epitácio Pessoa (1901)	“Proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em Ciências e Letras.”	6 anos
Rivadavia Correia (1911)	“Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das Ciências e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatório.”	Externato - 6 anos; Internato – 4 anos.
Carlos Maximiliano (1915)	“Ministra aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitado-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular.”	5 anos
João Luís Alves (1925)	“Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores”; “Preparo fundamental e geral para a vida”; “Fornecer a cultura média geral do país”.	5 anos- certificado de aprovação; 6 anos bacharelado em Ciências e Letras

O Brasil manteve-se durante toda a “Primeira República” com uma postura econômica agroexportadora, o que contribui consideravelmente de forma direta ou indireta na formação sócio cultural do país. A fragilidade desse modelo econômico não suportou à primeira grande crise do capitalismo no final da década de 1920. A queda da Bolsa de Nova Iorque culminou em uma grande crise mundial que afetou o Brasil, que tinha como um de seus principais compradores de café, produto essencial do período imperial e do início do regime republicano em nosso país, os Estados Unidos da América, centro principal da grande crise. Nesse cenário de incertezas econômicas, políticas e

sociais ocorreu a Revolução de 30, que deu fim à “Primeira República”. Durante todo esse período não houve uma política educacional encetada pelo Estado. Somente a partir da década de 1930 começou a existir uma política oficial governamental voltada à estruturação do sistema educacional. Entretanto, não se pode desconsiderar as primeiras tentativas surgidas na República Velha de fazê-la.

No governo provisório de Getúlio Vargas, precisamente em 1932, foi posta em prática a Reforma Francisco Campos, que criava os cursos complementares onde, dependendo do curso desejado pelo aluno, as propostas pedagógicas eram diversificadas. Em quadro anexo, veremos a estrutura da educação no país após a reforma de Francisco Campos.

A segunda Constituição republicana determinava que a educação era dever do Estado. Cabe destacar que o Brasil vivia em uma democracia. Entretanto, com a instalação do “Estado Novo” em 1937 e a implantação de uma nova Carta, verifica-se que a responsabilidade pela educação deve ser da nação, dos estados e municípios. Nesta nova concepção, o Estado mantém uma postura omissa.

O ensino médio se estrutura definitivamente como curso de estudos regulares com a Reforma Gustavo Capanema, em 1942. Surgem os cursos colegiais divididos entre científico e clássico, com duração de três anos. A formação do aluno deveria passar por conhecimentos que lhe proporcionasse o desenvolvimento humanista, patriótico e cultura geral, como alicerce para o nível superior. No caso do ensino técnico-profissionalizante, embora a demanda econômica por ele fosse maior, ainda era relativamente desprezado pelas classes média e alta, que almejavam o ensino superior. Isso também ocorria porque quem fizesse o técnico não poderia prestar exames para o superior; para isso era necessário o ensino secundário integral. Ou seja: aqueles que se voltavam para a formação técnica eram os mais carentes, que buscavam oportunidade de trabalho, e, por essa “escolha”, praticamente encerravam as possibilidades de um curso universitário posterior. Portanto, o ensino secundário continuou respondendo a uma pequena parcela da

população. A maioria dos jovens não podia desfrutar de uma preparação para o ingresso no ensino superior, a não ser que fossem dos grupos privilegiados.

Como resultado de um novo panorama sócio econômico, devido ao surto industrial ocorrido no Brasil na década de 1920, o estilo de vida do brasileiro se modificou. E no que se refere à educação, verificou-se um desajuste funcional do ensino secundário em relação à realidade social apresentada. Nesse período, a evasão escolar se mostrou muito grande. Menos de 10% dos alunos que buscavam o ensino secundário em 1945 ingressavam na educação superior.

Embora já houvesse escolas técnicas no século XIX, verificou-se uma preocupação do ensino médio com o ensino agrícola, industrial e comercial na década de 1940. Nessa época, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial _ Senai (1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial _ Senac (1946).

4. Crescimento da demanda

Segundo dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e cultura, em 1945 havia entorno de 535.000 matriculados nos estabelecimentos de ensino no país, que eram em número de 1.771 espalhados pelo território nacional. Com isso, fica fácil perceber que a procura pelo ensino médio aumentaria consideravelmente. A tabela abaixo mostra o crescimento do ensino médio no Brasil verificado entre os anos de 1940 e 1950.

ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Valores absolutos			
Matrícula Geral	1940	1950	Índices
Curso secundário	155.588	365.851	235,00%
Curso Comercial	45.93	88.082	192,00%

Curso Industrial	13.262	36.754	277,00%
------------------	--------	--------	---------

Fonte: Citado na dissertação de mestrado de Carlos Roberto Arléo Barbosa

5. Lei de diretrizes e bases da educação nacional

Com a derrota dos regimes totalitários na Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas se vê obrigado a deixar o poder em 1945, encerrando, desta forma, a ditadura do Estado Novo. Entretanto, o mesmo retorna ao governo brasileiro nas eleições de 1950, agora em regime democrático. E essa gestão foi marcada, no plano econômico, pela instituição do monopólio estatal sobre o petróleo e pela expansão da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. Mas algumas atitudes de sua gestão aumentaram a resistência de alguns setores ao governo, e, após muitas pressões para seu afastamento, Vargas suicidou-se em agosto de 1954. Seguiu-se, então, o mandato de Café Filho, um governo de transição que procurou estabilizar a economia, defendendo a abertura do país ao capital estrangeiro, e controlar o processo inflacionário por meio da contenção dos salários, o que gerou grandes manifestações populares.

No âmbito educacional, em 1946, a nova Constituição retoma alguns dos princípios defendidos pela Escola Nova⁵ e estabelece a necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases. Porém, devido a um anteprojeto apresentado em 1948, essa Lei só foi aprovada em 1961, treze anos mais tarde.

Sancionada em dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu título VII, referente à educação de grau médio, diz no Art. 33 que “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescente”. No Art. 34 coloca no mesmo plano de igualdade o curso secundário, os cursos técnicos e os pedagógicos. Cabe destacar que a LDB de 1961 foi a primeira. A

⁵ O filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte-americano John Dewey desenvolve uma filosofia da educação determinante para o surgimento da Escola Nova, na qual a obediência e a submissão até então cultivadas nas escolas sofre uma crítica contundente.

segunda LDB foi a de 1996, já em um outro contexto social e que será destacada no decorrer deste trabalho.

6. A educação na ditadura militar

Com o golpe militar em 1964, tem início um período de 21 de limitação e até mesmo de exclusão o estado de direito. Sob a justificativa da segurança nacional, partidos são dissolvidos, a imprensa é censurada, diversas formas de repressão são utilizadas. Com variação de intensidade no decorrer da ditadura, esses elementos marcaram profundamente a cultura e a educação no país.

O crescente endividamento externo e a instalação de multinacionais marcaram a vinculação do país ao capital estrangeiro, em um período conhecido como milagre brasileiro.

No campo educacional, o ensino era visto como instrumentalização para o trabalho, além de a educação ser concebida como instrumento de controle ideológico. Essa ênfase na articulação entre educação e trabalho, em parte, deveu-se aos acordos firmados entre o MEC e organismos internacionais como o AID⁶.

A Lei n. 5692/71 fixou, nesse período, as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em âmbito nacional. Ela apresentava dois pontos fundamentais: em atendimento à Constituição de 1967, indicava a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, mas vinculava essa obrigatoriedade ao ensino de 1º grau (8anos), constituído na junção dos antigos primário e ginásio; e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.

A recessão econômica do início da década de 1980, juntamente com o anseio da sociedade civil pelo retorno à democracia fez com que houvesse uma luta por uma reforma partidária e eleitoral. Inúmeras manifestações em todo o país exigiam as “diretas já” em 1984. Entretanto, a eleição se deu de forma indireta no ano seguinte. Tancredo Neves é eleito pelo Colégio Eleitoral,

⁶ Sigla em inglês de Agência para Desenvolvimento Internacional. Esses acordos ficaram conhecidos como MEC- Usaid e marcaram as reformas no período entre 1964 e 1968.

mas, devido a seu falecimento em 21 de abril de 1985, seu vice, José Sarney, assume a presidência. O voto direto para presidente ocorreu no final da mesma década com a eleição de Fernando Collor de Melo.

7. A educação na nova república

O mandato de Sarney começa com importantes emendas à Constituição, que estabeleciam eleições diretas. E no aniversário de 97 anos da Proclamação da República foi eleita a Assembleia Nacional Constituinte, e a partir daí as esperanças da população voltaram-se para a nova Constituição, que, promulgada em outubro de 1988, trouxe consideráveis inovações.

Nesta constituição, a educação aparece em seu artigo 205 como “visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Já na década de 1990, mais especificamente em dezembro de 1996, foi aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) depois de quase dez anos em tramitação no Congresso Nacional. Com a nova LDB a educação formal ficou assim dividida: ensino básico (antiga pré-escola), fundamental (1ª a 8ª séries), médio (antigo segundo grau), profissionalizante e superior.

A nova LDB também determinou a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Mais especificamente, ela vai distinguir os parâmetros adotados no ensino fundamental dos adotados no ensino médio.

8. Considerações finais

Durante muito tempo em nosso país a educação se apresentou como um elemento utilizado pelas classes dominantes para manter seus privilégios, conservar sua condição perante a sociedade. As primeiras reformas

educacionais demonstram o caráter conservacionista da sociedade brasileira nos primeiros tempos da República em nosso país.

Um dos critérios de análise, se não o principal, para se estabelecer se uma nação pode ser considerada ou não como desenvolvida é a forma como esta investe na educação. Nenhum país consegue dar boas condições de vida à sua população sem priorizar os aspectos relacionados com o ato de educar.

A história da educação no país necessita ser discutida e rediscutida para que seja possível entender a construção de sua sociedade e compreender sua postura em um novo cenário mundial, marcado pelo avanço das tecnologias da informatização, o que por consequência, contribui também para a superação das fronteiras e o encurtamento das distâncias.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. **A rede pública de Ensino Médio em Ilhéus: análise de um trajeto histórico, décadas de 1940/1980.** Ilhéus, 2001.

169 F Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de educação.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). Petrópolis-RJ. Vozes:1998.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1992. Ed 2ª. Ver (Coleção Magistério- 2º grau. Série Formação do Professor).

OLIVEIRA, Magali. **História e memória do Colégio Municipal Alice Fuchs de Almeida**. Ilhéus, 2005. Monografia

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira**. Curitiba: IBPEX, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, ed. 8, 2002.

CERVI, Rejane de Medeiros. **Sistema de Ensino no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2005.

COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.